



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XXI Curso de Especialização em Relações Internacionais

A Educação Profissional na Cooperação Técnica Brasileira com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Artigo apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília para obtenção do título de especialista no Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Aluna: Thaísa de Albuquerque Magalhães

Orientador: Pio Penna Filho

**Brasília
2020**

Resumo

O artigo apresenta a trajetória da cooperação técnica brasileira em educação profissional no período de 2003 a 2015 nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Faz uma breve apresentação do surgimento da cooperação internacional e a atuação do Brasil como ator da Cooperação Sul-Sul. Apresenta os projetos de educação profissional realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: cooperação internacional, cooperação sul-sul, educação profissional

Abstract

The article features the trajectory of Brazilian technical cooperation in professional education during 2003 and 2015 in development at Portuguese-Speaking African Countries (PALOP, acronyms for *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*). It briefly provides information regarding international cooperation and how Brazil presents as a player for South-South Cooperation. It also presents professional education projects implemented by the Brazilian National Service for Industrial Training (SENAI) in Angola, Cape Verde, Guinea Bissau, Mozambique e Sao Tome and Principe.

Key words: international cooperation, south-south cooperation, vocational training

Apresentação do tema

A Cooperação Técnica Brasileira em educação profissional foi, durante os anos de 2003 a 2015, importante instrumento de cooperação internacional do Brasil com os países do Sul, em especial os países da África e América Latina, como indicam os números de projetos de desenvolvimento fomentados pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

A importância da cooperação Sul-Sul para o Brasil, fundada nos pilares da solidariedade, horizontalidade e respeito à soberania, ganhou destaque no cenário internacional ao promover o desenvolvimento social e econômico de nações, e investir em capacitação e o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada, sem que fosse vinculado a interesses comerciais do País¹.

A prioridade para as relações com a África neste período reforçou o papel de política de Estado para o Brasil na cooperação internacional, como indicado em ações concretas realizadas no âmbito da cooperação, por meio de projetos de desenvolvimento realizados naquele continente. A retórica política deste período é enfatizada no interesse do Brasil em compartilhar experiências e somar esforços e capacidades².

A capacitação e transferência de conhecimento por iniciativas sustentáveis e respeito às prioridades e condições locais se concretizou por intermédio de agentes públicos e privados. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, foi um dos principais atores da cooperação internacional brasileira, atuando na concepção de 9

¹ Conforme aponta o Embaixador Fernando Abreu, Diretor Geral da Agência Brasileira de Cooperação entre 2012 e 2014, no artigo *A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil*, Murau Internacional, v.4 n.2, 2013.

² Com base no Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da 13ª Cúpula da União Africana – Sirte, 1 de julho de 2009, em que afirma “*o Brasil não vem à África para expiar a culpa de um passado colonial. Tampouco vemos a África como extensa reserva de riquezas naturais a ser explorada. O Brasil deseja ser parceiro em projetos de desenvolvimento.*”. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11045-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-13-assembleia-da-uniao-africana-sirte-1-de-julho-de-2009> Consultado em 18/05/2020.

centros de formação profissional e diversas atividades isoladas coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC³.

O presente artigo apresentará a trajetória da atuação do SENAI na Cooperação Técnica Brasileira até 2015 e por meio da apresentação dos resultados dos projetos de educação profissional realizados em Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

A Cooperação Internacional

A cooperação internacional, tema amplamente discutido no campo das Relações Internacionais, configura-se como um processo que se contrapõe ao conflito na medida em que favorece a negociação entre os Estados.

O surgimento do conceito de cooperação internacional data do fim da Primeira Guerra Mundial, quando da necessidade de se pensar na estruturação de um instrumento que contribuísse para dirimir conflitos e fomentar a paz.⁴

O início das atividades de cooperação internacional como mecanismo auxiliar do desenvolvimento dos países ocorreu na conferência de Bretton Woods, ao final da Segunda Guerra, quando foram criadas instituições que, dentre outros propósitos, visava o apoio e fomento de nações em desenvolvimento: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, surge na cooperação internacional a demanda de favorecer o desenvolvimento dos países afetados social e economicamente pela Guerra e também àqueles que estavam em processo de Descolonização ou que não tinham ainda encaminhado de forma adequada os seus problemas sociais e suas desigualdades. A cooperação internacional passa, então, a ser percebida como um

³ Os 9 centros de formação profissional se encontram nos seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guatemala, Guiné Bissau, Jamaica, Paraguai, Peru, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

⁴ Pacto da Sociedade das Nações - 1919. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html> Consultado em 18/05/2020.

instrumento em benefício de um terceiro elemento, seja ele a paz ou a estabilidade da sociedade internacional.⁵

A necessidade por cooperação internacional incentivou organizações governamentais e intergovernamentais a se estruturarem para a difusão da prática internacionalmente, como bem representada pelas diversas agências temáticas dedicadas à atuação em cooperação contidas no Sistema das Nações Unidas, visando reconstruir os países afetados por conflitos e acelerar o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

O empreendimento de atividades de cooperação entre agentes públicos de dois ou mais países com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do país receptor passa a ser entendido como cooperação internacional para o desenvolvimento.

A cooperação internacional para o desenvolvimento tem desempenhado há mais de meio século papel significativo e especial nas relações internacionais, tanto no plano bilateral quanto no multilateral. Dentre suas modalidades, destaca-se a cooperação técnica, que representa parcela considerável do esforço global em prol do desenvolvimento.⁶

Para que as ações sejam efetivadas, as demandas de atividades de cooperação técnica acordadas entre os Estados devem conter a transferência de conhecimento de um Estado a outro por intermédio de atividades e capacitações técnicas, excluindo qualquer ação que se conceitue como ajuda financeira ou transação comercial.

As iniciativas de cooperação técnica são ferramentas que fomentam o desenvolvimento, promovem a capacitação humana, institucional e mudanças estruturais na realidade socioeconômica dos países aos quais se destinam. São exemplos de atividades de cooperação técnica a transferência ou o compartilhamento de

⁵ Reflexões acerca do conceito de cooperação e de cooperação internacional estruturados in SANTOS FILHO, Onofre: *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul*. Cooperação Sul-Sul : práticas, abordagens e desafios / organização Matilde de Souza, Otávio Soares Dulci. – 1. Ed. – Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2016.

⁶ Iglesias Puente, Carlos Alfonso. *A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período de 1995-2005*/Carlos Alfonso Iglesias Puente. - Brasília: FUNAG, 2010.

conhecimentos, experiências e boas práticas entre Governos – bilateralmente ou por meio de organização internacional –, em bases não comerciais⁷.

Nos anos 1960 incorporou-se a cooperação técnica internacional a captação de ciência e tecnologia como forma de investimento dos países desenvolvidos para fortalecer os interesses dos países do Norte e sua presença no exterior. Somente nos anos 1970 este esquema rígido cederá diante de nova filosofia igualitária, que emergiu com a chamada Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento -CTPD⁸. Nessa década, como bem demonstra Saraiva (2006), os países do então chamado Terceiro Mundo, ou seja, muitos dos países subdesenvolvidos e dos "em desenvolvimento", se organizaram num grande bloco que reivindicava uma Nova Ordem Econômica Internacional e almejavam por mais cooperação internacional, inclusive com transferência de tecnologia.

Entre os anos de 1970 e 1990, o Brasil buscou a cooperação técnica internacional por considerá-la, à época, um dos fatores principais para modificar o perfil de desenvolvimento do país. Com a atribuição de disseminar os efeitos sociais do desenvolvimento, conseqüentemente inclinou-se para o modelo de desenvolvimento pelo crescimento econômico, deixando os aspectos sociais como plano secundário, como afirma Amado Cervo a seguir:

A função social da cooperação técnica internacional (CTI) por certo não significou para os decisores a contrapartida ou o corretivo potencial, capaz de estabelecer o equilíbrio entre o crescimento e seu benefício social. Mas foi este o escopo que presidiu à organização e ao gerenciamento da CTI do Brasil nas últimas décadas: agregar sempre mais consumidores e produtos ao mercado. Por trás do objetivo materialista, a movê-lo como se fosse sua alma, o sistema brasileiro de CTI abrigou uma função humanista: preparar o homem para o domínio do conhecimento inerente ao controle do processo produtivo.⁹

Entre finais dos anos 1970 e ao longo da década seguinte, o Brasil passou a ser não apenas receptor da ajuda e cooperação internacional, passando também a cooperar e prestar assistência para países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, dando início à sua atuação no campo da cooperação técnica internacional. A CTI

⁷ <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica> Consultado em 12/05/2020

⁸ CERVO, Amado Luiz. *Socializando o Desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional 37 (1): 37-63. Brasília, 1994

⁹ Idem.

prestada pelo Brasil, logo, integrou-se a política exterior brasileira como um dos seus instrumentos de ação internacional, ou seja, para "criar e aprofundar laços econômicos, tecnológicos e culturais"¹⁰.

A Cooperação Técnica Brasileira

A Cooperação Sul-Sul (CSS) é um instrumento de desenvolvimento conjunto entre os países do Hemisfério Sul em face de seus desafios comuns¹¹, e tem sua origem na Conferência de Bandung (1955)¹² ao buscar uma solução entre os países envolvidos para as opções de orientar-se pelos princípios anticolonialistas ali concebidos.

Um dos principais obstáculos à sua consolidação foi a difusão na sociedade internacional da agenda neoliberal nos anos 1980 e, mais tarde, o fim da bipolaridade e do conflito Leste-Oeste¹³.

A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional buscou desenvolver a renovação da agenda do desenvolvimento no século XXI, marcado pela busca por modelos de desenvolvimento que pudessem agregar crescimento econômico a inclusão social e estabilidade global.

Desde o início dos anos 2000, o Brasil intensificou o diálogo com os países da África. A estratégia de aproximação com a África indicava ser parte do esforço de concretização da vocação universalista do País e de resgate da identidade nacional na formulação de política externa, e assim se mostrava ao consolidar 18 novas embaixadas,

¹⁰ FUNCEX - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Estudo do sistema interministerial da cooperação técnica Rio de Janeiro, 1985, v. III, p. 36.

¹¹ IPEA Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. - Brasília : Ipea : ABC, 2010. 78 p. : gráfs., tabs.

¹² A Conferência de Bandung ocorreu em Bandung, Indonésia, entre os dias 18 e 24 de abril de 1955. Reuniu 29 países asiáticos e africanos com o objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global, visando à promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática como forma de oposição ao que era considerado neocolonialismo por parte dos Estados Unidos e da União Soviética.

¹³ Como explicitado por Onofre dos Santos Filho, sociólogo e professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em *O Brasil e cooperação Sul-Sul. Cooperação sul-sul : práticas, abordagens e desafios*. SOUZA, Matilde. DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte, 2016. Fino Traço. p.89.

entre 2004 e 2014, em solo africano, quando o Brasil duplica exportações para aquele continente¹⁴.

A cooperação prestada pelo Brasil integra-se progressivamente à política exterior brasileira com finalidades não-próprias, ou seja, para "criar e aprofundar laços econômicos, tecnológicos e culturais".¹⁵ Tornou-se, assim, um importante instrumento da política externa brasileira, sobretudo com países da África e da América Latina, reforçando outros aspectos de sua inserção internacional.

A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional busca, portanto, além de robustecer a política externa do país, contribuir com o movimento de renovação da agenda do desenvolvimento no século XXI, marcado pela busca por modelos de desenvolvimento que possam conjugar crescimento econômico com inclusão social e prosperidade nacional com sustentabilidade e estabilidade global.

Na cooperação Sul-Sul do Brasil, os números se justificam: iniciativas como o Escritório da Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), em Acra; uma fábrica de antirretrovirais e o Escritório da Fundação Oswaldo Cruz, em Maputo; uma fazenda modelo de produção de algodão, em instalação no Mali; centros de formação profissional; e numerosos projetos de energia renovável, agricultura tropical, combate ao HIV e à malária foram projetos realizados.

Em 2008 mais de 100 ações de cooperação, entre projetos e atividades isoladas, foram executadas somente com países africanos em diversas áreas: educação, agricultura, pecuária, saúde, meio ambiente, administração pública, tecnologia da informação, governo eletrônico, cultura, energia, desenvolvimento urbano, formação profissional e esporte. No biênio 2009-2010, havia a previsão de realização de 150 projetos e atividades de cooperação Sul-Sul do Brasil na África, com um orçamento aproximado de US\$ 38 milhões¹⁶.

¹⁴ Ver: "As embaixadas e a diplomacia de resultados". Folha de S. Paulo, 11/06/2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/10163-as-embaixadas-e-a-diplomacia-de-resultados-folha-de-s-paulo-11-06-2015> Consultado em 18/05/2020

¹⁵ FUNCEX. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Estudo do sistema interministerial da cooperação técnica Rio de Janeiro, 1985, v. III, p. 36.

¹⁶ *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional :2005-2009* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. - Brasília :Ipea : ABC, 2010. 78 p. : gráfs., tabs.

A primeira linha de frente da cooperação brasileira junto aos países africanos envolve as nações de língua oficial portuguesa. A cooperação brasileira prestada a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde corresponde a cerca de 74% do volume de recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África¹⁷.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é importante parceiro da ABC na implementação da cooperação técnica internacional brasileira, desde a criação da Agência em 1987. Num primeiro momento, o SENAI foi beneficiário de cooperação técnica, na vertente do exterior para o Brasil, por meio de cooperação com países desenvolvidos e com organismos internacionais. A transferência de conhecimento e tecnologias contribuiu para capacitar recursos humanos e fortalecer a instituição, habilitando-a para atuar na vertente da cooperação técnica do Brasil para o exterior, a partir dos anos 1990, em articulação estratégica com a ABC no campo da formação profissional, de modo a beneficiar países em desenvolvimento na América Latina e da África.

O SENAI está inserido em uma ampla rede de articulações e permuta de tecnologia, de informações e conhecimentos, em busca de intercâmbio de experiências com países que se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento social e econômico, fatores que possibilitam que a instituição se mantenha em permanente sintonia com instituições ligadas à educação profissional de todo o mundo¹⁸.

Reconhecido nacional e internacionalmente, o SENAI¹⁹ tem recebido crescentes demandas por parte de diferentes nações parceiras, interessadas no modelo de educação profissionalizante e de gestão de escolas.

¹⁷ Afirmação do Ministro Marco Farani, então Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, na publicação *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*. Agência Brasileira de Cooperação. Brasília:ABC, 2010.

¹⁸ Captação de tecnologia e conhecimento no SENAI:
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/atuacao-internacional/acoes/captacao-de-tecnologia/>
Consultado em 10/05/2020.

¹⁹ O Relatório publicado pelo Escritório de Cooperação Sul-Sul da ONU publicou, em 2016, *Good Practices in South-South and Triangular Cooperation for Sustainable Development – Vol. 1 (2016)*
<https://www.unsouthsouth.org/2016/05/30/good-practices-in-south-south-and-triangular-cooperation-for-sustainable-development-2016/>

Os projetos implementados pelo SENAI, com financiamento e sob a coordenação da ABC, envolvem a concepção de um sistema completo de qualificação profissional, incluindo desde desenho institucional, elaboração de metodologias de educação, confecção de currículos, criação de modelos de gerenciamento institucional, construção ou readequação de instalações e equipagem dos centros de formação, e capacitação de instrutores e apoio técnico e pedagógico²⁰.

Ao participar da cooperação técnica internacional brasileira, executando projetos mediante o compartilhamento das melhores práticas da indústria brasileira e a transferência horizontal de conhecimento, metodologias e tecnologias, o SENAI também se beneficia, graças à troca e à aquisição de experiência internacional de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus recursos humanos, o que aumenta sua capacidade produtiva e competitividade nacional.

Atualmente o Brasil mantém relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe e África, com atuações pontuais na Ásia, Oriente Médio e Oceania. Em 2008, a ABC aprovou e coordenou a execução de 236 projetos e atividades pontuais de cooperação técnica Sul-Sul, beneficiando 58 países em desenvolvimento. A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil atua nas áreas de agricultura, formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e turismo.

São 9 os Centros de Formação Profissional instalados em parceria com o SENAI, sendo 4 presentes no continente africano, e que estão localizados em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, conforme segue:

a. Angola

A cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola foi celebrada com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, no dia 11 de junho de 1980²¹.

²⁰ <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1002> Consultado em 19/05/2020

²¹ <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola> Consultado em 19/05/2020

A demanda por cooperação internacional com Angola surge da crise humanitária deixada pela guerra civil que durou de 1975 a 2002, evidenciando a necessidade de desenvolvimento local. Com a demanda de capacitar a nova geração, a educação profissional se tornou uma prioridade para a reconstrução do país²².

O projeto de cooperação internacional do SENAI com o Governo de Angola foi o primeiro dos projetos de cooperação executados com esta instituição de ensino profissional. Envolveu, do lado angolano, o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Nacional (MAPESS) e o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP), e estabeleceu-se como escopo do projeto a construção de um centro de formação profissional no bairro de Cazenga, na capital, Luanda.

Diversas foram as negociações para a adequação de um projeto de desenvolvimento entre Brasil e Angola no âmbito da educação profissional. Concebido com o intuito de atender a demanda de capacitação técnica daquele país e alcançar um maior número de alunos capacitados, aventou-se a possibilidade do uso de unidades móveis equipadas com salas de aula, laboratórios e oficinas que pudessem percorrer as estradas do país, mas que logo foram descartadas devido à instabilidade política e ameaças à segurança local, resquícios dos 27 anos de guerra civil.

Visando contribuir com a reinserção social e a reconstrução do país o projeto foi assinado em 1999 entre a ABC e o SENAI. O início do projeto se limitou a recuperação das instalações físicas de uma escola já existente e sua adequação tecnológica para que pudesse comportar um centro formativo, concomitantemente à formação e capacitação de docentes angolanos.

A segunda fase do projeto, após a inauguração do Centro de Formação Profissional de Cazenga em 1999, contemplou o desenvolvimento de cursos técnicos para o atendimento à demanda local. Esta etapa, também conduzida pelo SENAI, se utilizou da Certificação Profissional Baseada em Competências²³ e levou em

²² Angola estabelece como prioridade o desenvolvimento em educação, conforme aponta no documento Estratégia Integrada para Melhoramento do Sistema de Educação 2001 2015, https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/angola_estrategia_integrada_melhoria.pdf Consultado em 15/05/2020

²³ A Certificação Profissional baseada em Competências inserida na Lei de Diretrizes e Base e Decreto 2.208/97 é considerada como uma das inovações do conjunto de mudanças introduzidas na reforma da Educação Profissional do Brasil. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/certcomp.pdf> Consultado em 15/05/2020

consideração a adequação dos currículos de aula utilizados no Brasil para cursos técnicos nas áreas de artesanato, construção civil, costura industrial, eletricidade predial e industrial, informática, mecânica diesel, panificação, confeitaria e refrigeração industrial²⁴, customizados para a realidade angolana.

Em 2001 o projeto teve sua primeira revisão para expandir o acesso aos cursos implantados, capacitar os docentes e desenvolver novos currículos formativos. Nesta etapa foram feitas adaptações aos materiais didáticos e iniciado o processo de gestão participativa do centro de formação na estruturação de um departamento de gestão do conhecimento, dando início a apropriação da metodologia pela parte angolana.

Em 2002 foi iniciada a última fase do projeto com a ABC e o SENAI, concluindo a transferência da gestão do centro ao governo de Angola. O custo total do projeto foi de US\$ 1.684.140,00 firmados por meio dos projetos BRA 94/017 e BRA 98/004, sendo a contrapartida angolana de US\$ 375.600,00²⁵.

Ao longo dos cinco anos de duração do projeto o centro ofertou cursos nas áreas de construção civil, costura industrial, eletricidade, informática e mecânica. Ao todo, o Centro recebeu 3.031 alunos matriculados e a taxa de evasão de apenas 2%.

²⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. *Educação profissional, a presença do Brasil no mundo : parceria SENAI-ABC / Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*. Brasília : SENAI, 2017. 104 p. ill.

²⁵ Documento de projeto, firmado entre ABC e SENAI, Apoio ao Fortalecimento Institucional do INEFOP - BRA/04/044 Brasil-Angola.

Cursos Regulares	Alunos Matriculados	Alunos Concluintes
Área de construção civil		
Alvenaria / pintura	220	215
Canalização	168	167
Carpintaria / armação de ferro	168	168
Área de costura industrial		
Modelagem e costura	432	417
Área de eletricidade		
Eletricidade / comandos elétricos	432	426
Área de informática		
Informática básica	1136	1120
Manutenção de hardware	96	96
Área de mecânica		
Mecânica diesel	219	218
Panificação / confeitaria	88	88
Artesanato	24	24
Refrigeração residencial	48	48
TOTAL	3.031	2.984

Fonte: SENAI São Paulo

A gestão do Centro de Formação Profissional de Cazenga seguiu exitosa com a conclusão do projeto. Atualmente são ofertados 15 cursos profissionais e muitos dos cursos já existentes foram atualizados. O Centro é dotado de capacidade para o atendimento de demandas empresariais, que busca a interação com o setor produtivo para prover vivências concretas aos alunos e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. O número de alunos cresceu significativamente nos últimos anos, tendo 144 alunos matriculados na primeira turma, no ano 2000, para 3.400 alunos em 2014²⁶.

A partir desta iniciativa em Angola, o SENAI ganhou visibilidade internacional entre governos e demais atores internacionais da cooperação no continente africano, o que levou ao desenvolvimento de projetos com outras agências de cooperação em uma ação triangular com o Brasil. O “Projeto de Modernização do Centro Referência de Formação Profissional na área de Construção Civil Angola-Brasil-Japão (ProMOCC)”²⁷ foi primeiramente desenhado em 2011 para atender o Centro de Formação Profissional de Construção Civil de Viana (CENFOC) e confirmar o *draft* do

²⁶ SENAI. Departamento Nacional. *Educação profissional, a presença do Brasil no mundo : parceria SENAI-ABC*. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília : SENAI, 2017. 104 p. il.

²⁷ Nota informativa no site da JICA <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2011/220711-2.html> Consultado em 15/05/2020

Acordo Triangular entre SENAI e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional – JICA. O projeto teve duração de 2016 a 2019 e custou US\$ 1.304.144,00²⁸.

b. Moçambique

A cooperação técnica com Moçambique está amparada pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981 e promulgado em 09 de junho de 1984²⁹.

Ao final de 2011, o programa bilateral de cooperação técnica Brasil-Moçambique era composto por 21 projetos em execução, 9 em processo de negociação, sendo um deles o Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique.

As negociações para a implantação de um centro de formação naquele país duraram até 2019, quando as atividades de capacitação do corpo técnico para a gestão do futuro centro de formação finalmente aconteceram em março de 2020.

Não obstante a não realização de atividades de cooperação do SENAI junto à ABC no período de 2003 a 2015, o SENAI atuou em projetos de cooperação trilateral com o Japão, por meio da JICA. O Projeto de Fortalecimento da Sistema Educacional Profissional de Moçambique, contratado pela JICA, foi assinado em 31 de agosto de 2017.

O escopo do projeto visa a reformulação dos itinerários formativos de quatro áreas tecnológicas: construção civil, solda, mecânica automotiva e processamento de alimentos e a capacitação dos docentes e gestores do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo – IFPELAC.

As capacitações, conduzidas pelo SENAI, abrangem o conhecimento técnico e pedagógico nos cursos de Alvenaria, Eletricidade, Carpintaria, Soldagem, Mecânica Automotiva, Eletricidade de Automóveis, Processamento de Alimentos, Encanamento e Refrigeração.

²⁸ Conforme contrato de prestação de serviços firmado em 2016 entre SENAI e JICA para implementação do projeto.

²⁹ <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique> Consultado em 19/05/2020

Ainda como parte do projeto prevê-se a implementação de técnicas de gestão escolar e institucional do SENAI em três centros do IFPELAC nas cidades de Maputo, Nacala e Quelimane.

Como consequência positiva da visibilidade do projeto do SENAI em Moçambique, a instituição realizou o atendimento a empresa brasileira Vale e a Autoridade Nacional de Educação Profissional de Moçambique (ANEP) em projetos contratados, e que por sua natureza não se caracterizam como projetos de cooperação.

c. São Tomé e Príncipe

A assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe foi assinada em 26 de junho de 1984³⁰, promulgado em abril de 1988, e no Ajuste Complementar a ele firmado em março de 2009, adicionado o conteúdo referente a implementação do projeto em questão.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um pequeno arquipélago situado no Golfo da Guiné, cerca de 400 quilômetros a oeste do Gabão e possui uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, ocupando pouco mais de mil quilômetros quadrados. São Tomé e Príncipe é um dos países mais pobres da África, e, embora sua taxa de urbanização esteja crescendo, a população é majoritariamente na região rural.

Em decorrência da abrangência e conhecimento técnico do SENAI, aventou-se a realização de um projeto de implementação de um Centro de Formação Profissional em São Tomé e Príncipe que pudesse ser customizado aos moldes da instituição de educação técnica do Brasil.

A vigência do projeto se deu de abril de 2010 a dezembro de 2016, e contou com a participação, pelo lado brasileiro, da ABC e do Ministério das Relações Exteriores como instituições coordenadoras, bem como do SENAI como instituição executora. Pelo lado são-tomense, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades exerceu o papel de instituição coordenadora e o Ministério da Educação, Cultura e Ciências, o de instituição executora.

³⁰ <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/SaoTomePrincipe> Consultado em 19/05/2020

O projeto constituiu-se do desenvolvimento do Centro de Formação Profissional Brasil – São Tomé e Príncipe, que incluiu a construção física do Centro, a adaptação do currículo de ensino técnico à realidade local e o treinamento do corpo docente. O Centro foi projetado para preparar o trabalhador são-tomense para o mercado de trabalho, oferecendo cursos profissionalizantes com cargas horárias variadas e específicas às necessidades de cada curso. Entre as modalidades oferecidas encontram-se: Informática Básica, Eletricista, Pedreiro, Mecânico, Instalador Hidráulico, Carpinteiro, Padeiro e Pasteleiro, Operador de Processos na indústria de alimentos, áreas estas que foram solicitadas pelo governo de São Tomé como prioritárias.

O escopo do projeto abarcou, ainda, a assistência técnica do SENAI para a consolidação dos processos de gestão escolar e administrativa do Centro de Formação Profissional, bem como a formação do quadro técnico para a continuidade das atividades de forma autônoma quando do fim do projeto e da participação do Brasil como mantenedor das instalações.

Ao longo da execução das atividades, os gestores do projeto viram que haveria a necessidade de readequar a carga horária dos cursos ofertados para melhor absorção dos conhecimentos repassados, e também a inclusão de novos cursos de média e longa duração. O projeto incluiu a realização conjunta de um planejamento estratégico para o centro e regulação do funcionamento da escola; e assistência técnica para elaboração de grade curricular.

Dentre os desafios enfrentados ao longo da execução do projeto, ressaltam-se as dificuldades para definição do espaço de construção do Centro, demora na tomada de decisão, dificuldades de interlocução no início do projeto, dificuldades com os processos operacionais, logísticos e de compras e obtenção de documentação. Como um dos aspectos positivos na implementação do projeto destaca-se a flexibilidade para a contextualização e adaptação da oferta de cursos, inicialmente prevista na proposta, para cursos de maior relevância para o contexto local. A presença no país de um coordenador brasileiro dedicado exclusivamente à implementação do projeto, bem como sua atuação profissional foi amplamente ressaltada por todos os participantes da avaliação³¹.

³¹ SENAI. Departamento Nacional. *Educação profissional, a presença do Brasil no mundo : parceria SENAI-ABC*. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília : SENAI, 2017. 104 p. il.

Por intermédio dessa cooperação, desde a inauguração do projeto em 2014, São Tomé e Príncipe conta com uma escola técnica profissionalizante que oferece 15 cursos³² de curta duração com referência de qualidade. Além desses 15 cursos que compõem sua grade, também foram oferecidos 19 cursos na área de gestão e capacitação de docentes.

Contabilizando todos os cursos ofertados, entre o período de 2010 a 2016, 1.250 alunos haviam se formado. O custo total do projeto foi US\$ 4.278.068,00. Em 2019 foi assinado com a ABC e o SENAI uma nova fase do projeto, que contará com a adaptação do Novo Ensino Médio e a atualização de 2 cursos técnicos e 5 novos cursos de aprendizagem de curta duração, totalizando US\$ 3.389.232,00³³.

A nova fase do projeto se utilizará da Metodologia SENAI de Educação Profissional³⁴ para a definição dos currículos formativos. Formada por três pilares baseados em princípios como interdisciplinaridade, contextualização e integração da teoria e prática, a metodologia tem como foco o desenvolvimento de competências, para que os alunos se tornem capazes de somar conhecimentos e habilidades para desempenhar funções com qualidade.

d. Cabo Verde

O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, firmado em 28 de abril de 1977 e promulgado em 16 de dezembro de 1980³⁵ permitiu que a ABC desenvolvesse projetos de cooperação em diversas áreas, dentre elas formação profissional.

³² Cursos ofertados no Centro de Formação em São Tomé: informática, mecânica de automóveis, padeiro, confeitiro, pedreiro de concreto armado, pedreiro de alvenaria, eletricista predial, eletricista automotivo, canalizador, processamento de frutas, armador de ferragens, solda, processamento de alimentos, processamento de frutas e bombeiro hidráulico.

³³ Documento de projeto, firmado entre ABC e SENAI, Centro de Formação Profissional Brasil-São Tomé e Príncipe - BRA/13/008 - A173.

³⁴ SENAI. Departamento Nacional. *Metodologia SENAI de educação profissional*. SENAI. Departamento Nacional. – Brasília: SENAI/DN, 2013.

³⁵ <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CaboVerde> Consultado em 19/05/2020

A demanda por cooperação com Cabo Verde trouxe a temática de formação profissional como uma de suas prioridades. No período de 2006 a 2011, no âmbito da cooperação técnica, o Governo brasileiro capacitou cerca de cinco mil cabo-verdianos³⁶ em educação superior e educação técnica.

O tema formação profissional foi identificado como estratégico pelo governo de Cabo Verde, que buscou promover o aperfeiçoamento da força de trabalho nacional ao propor a criação de alternativas eficazes para a inclusão social de jovens e adultos em atividades produtivas, capazes de alavancar a geração de renda, além de trazer a consequente melhoria da qualidade de vida do trabalhador. As áreas de turismo e construção civil e seus setores associados foram priorizadas, fortalecendo-se a necessidade de oferta de ensino profissional para os jovens. A importância da cooperação brasileira para Cabo Verde é tamanha que, em 2007, Cabo Verde ocupou o primeiro lugar, em volume de investimento da ABC, dentre os países africanos envolvidos em projetos.

Para superar os desafios impostos no campo da Formação Profissional, foi solicitada à ABC uma proposta para reorganização e fortalecimento do sistema nacional de formação profissional de Cabo Verde. A demanda nasceu no âmbito da iniciativa “Fortalecimento do Sistema de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional”, vinculada ao Ministério do Trabalho e Solidariedade de Cabo Verde. O SENAI Nacional foi então convidado pela ABC para coordenar o projeto nas áreas demandadas: construção civil, serralheria, informática, eletricidade e alimentos.

A instituição coordenadora cabo-verdiana do projeto de formação profissional foi a Direção Geral de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (DGCI/MNECC), a quem cabe coordenar, planejar, executar e avaliar as ações de formação profissional desenvolvidas no país, e que liderou o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) na execução técnica.

Denominado “Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde”, o projeto teve duas fases: a primeira, de 2004 a 2007; a segunda, de 2008 a 2010. Na primeira fase, o então Centro de Formação Profissional da Praia – CFPP foi reformado para adequar a infraestrutura

³⁶ SENAI. Departamento Nacional. *Educação profissional, a presença do Brasil no mundo : parceria SENAI-ABC*. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília : SENAI, 2017. 104 p. il.

para receber os cursos e os alunos de maneira mais segura e com todas as funcionalidades que permitissem a implementação de um ensino técnico de qualidade. A reinauguração do centro aconteceu em 2008 e passou a se chamar Centro de Emprego e Formação Profissional da Praia – CEFPP. O valor total do projeto foi US\$ 2.957.342,00³⁷.

Ao longo da segunda fase do projeto, o SENAI formou 11 instrutores para trabalhar como multiplicadores do conhecimento e da metodologia por competência³⁸. Foram capacitados ainda dois gestores, com a incumbência de dar continuidade à gestão do Centro, assim que a coordenação brasileira fosse transferida integralmente para o país. Com o apoio do SENAI, foram desenvolvidos 12 cursos e 191 alunos participaram dessas capacitações.

A participação do SENAI no projeto de cooperação internacional com Cabo Verde propiciou a visibilidade da instituição naquele país e a realização de projetos de cooperação trilateral com a Agência de Cooperação Internacional de Luxemburgo – LuxDev, que contratou o SENAI para a elaboração de projetos durante o período de 2013 a 2019.

e. Guiné Bissau

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau foi assinado em 18 de maio de 1978 e promulgado em 01 de agosto de 1979.

Em 31 de julho de 2002 firmou-se o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a implementação do projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau, conhecido como Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné Bissau³⁹.

Coordenado pela ABC e tendo como instituição executora o SENAI, o projeto consistiu na estruturação de um centro de formação profissional na cidade de

³⁷ Documento de projeto, firmado entre ABC e SENAI, Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné Bissau - BRA/04/044 - S238.

³⁸ SENAI. Departamento Nacional. *Educação profissional, a presença do Brasil no mundo : parceria SENAI-ABC*. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília : SENAI, 2017. 104 p. il.

³⁹ <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/GuineBissau> Consultado em 19/05/2020

Bissau para oferta de cursos profissionalizantes nas áreas de construção civil, eletricidade predial, refrigeração, manutenção de aparelhos eletrodomésticos e costura não-industrial.

O início do projeto ocorreu em 2006, e em 2020 se encontra na terceira e última fase de implantação, tendo como atividade a transferência da Metodologia SENAI de Educação Profissional e o fortalecimento do quadro de gestão do centro para que este possa dar continuidade aos funcionamentos da escola sem o apoio administrativo e financeiro das instituições brasileiras. Com a conclusão destas atividades, findará o projeto de construção, capacitação e instalação de todas as oficinas de ensino previstas, permitindo ao Ministério da Função Pública e Reforma Administrativa, instituição guineense responsável pelo projeto, o pleno atendimento às demandas locais.

Com o objetivo de contribuir para o esforço de recuperação econômica do país e, conseqüentemente, alavancar seu desenvolvimento social por intermédio da educação profissional, o Ministério da Administração Pública e Trabalho Secretaria de Estado da Solidariedade Social levantou a necessidade de desenvolvimento das áreas⁴⁰ de: Construção Civil (Pedreiro, Telhadista, Encanador, Pintor); Eletricidade Predial; Refrigeração (Manutenção de aparelhos de ar condicionado), Manutenção de aparelhos domésticos, Costura não-industrial.

Os instrutores guineenses receberam formação na sua área técnica e, em sua maioria, também na parte pedagógica por meio de intercâmbio de técnicos brasileiros.

As instalações do Centro de Formação Profissional foram cedidas em 2006 pelo governo guineense, permitindo a reforma e readaptação das instalações na cidade de Bissau. Máquinas, equipamentos, ferramentas e material didático foram enviados do Brasil para Guiné Bissau para equipar as futuras oficinas a serem instaladas. O Centro foi inaugurado em 2009.

A instabilidade política do país foi o principal fator para o atraso na conclusão das atividades do projeto, levando-o a extensão de prazo até 2020. A segunda fase, de 2008 a 2013, consolidou a capacitação gerencial e pedagógica, a atualização

⁴⁰ A demanda levantada pela instituição guineense ao Brasil é confirmada por meio de consulta aos gestores do projeto na ABC e SENAI, que participam, com frequência, de reuniões com pessoas deste Ministério.

dos cursos técnicos, e somente na terceira fase que se iniciou a transição da gestão e administração do governo local.

Desde sua inauguração em 2009, até junho de 2017, 2.961 alunos se formaram no centro de Bissau. Nos anos de implantação das atividades do Centro, entre 2006 e 2009, foram formadas 32 pessoas. Em 2010 o número alcançou 272. Entre 2011 e 2015 foram formados 1.887 alunos. O total investido no projeto foi US\$ 7.481.416,83, sendo a quarta fase do projeto é de US\$ 1.591.615,33⁴¹.

O projeto obteve grande reconhecimento perante os parceiros institucionais. Seguramente o objetivo do projeto de cooperação técnica foi atendido e, mesmo que lentamente, permitiu o início dos primeiros passos rumo à inclusão social e ao desenvolvimento econômico de uma região com extrema necessidade de formar mão de obra qualificada. A atuação do centro proporcionou à população, cujo acesso à educação técnica era de difícil acesso, novas perspectivas de vida.

Outro fato que reflete o sucesso do projeto é o número crescente de inscritos para participar dos processos seletivos dos cursos.

Em 2019, o centro ofertou cursos em dois turnos em todas as áreas desenvolvidas ao longo do projeto, dispondo de 10 oficinas e laboratórios e 20 professores, 5 funcionários administrativos e 6 seguranças. À exceção da coordenação do Centro, que continua sob administração do SENAI, todo o quadro efetivo é de funcionários guineenses.

Nos anos de 2016 e 2017 o Centro de Formação Profissional de Bissau formou o total 3.231 alunos nas áreas de canalização, carpintaria, corte e costura, eletricidade, manutenção de computadores, mecânica de automóveis, panificação, pedreiro, refrigeração e serralheria.

Análise

No período de 2003 a 2015, o mundo assistiu a mudanças significativas no sistema econômico internacional com o firme crescimento de países emergentes como

⁴¹ Documento de projeto firmado entre ABC e SENAI, Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné Bissau - BRA/04/044 - S238.

China, Índia e Brasil e a perda de espaço promissor que mecanismos de cooperação de economias emergentes como os BRICS tinham como alternativa ao mundo.

À retração da atividade econômica norte-americana somaram-se as incertezas das divisões político-partidárias do Congresso dos Estados Unidos. A Europa, que buscava consolidar-se como pólo de poder econômico com a introdução do Euro, mergulhou em uma crise que colocou em xeque o próprio modelo de integração. A conta pelos excessos do passado se apresentou sob a forma de difíceis dilemas políticos, que envolveram a adoção de medidas de austeridade fiscal que agravaram a forte retração da atividade econômica.

A atuação brasileira na cooperação internacional fundamentou-se nos princípios de solidariedade, horizontalidade e respeito à soberania, rejeitando a imposição de condicionalidades e a vinculação a interesses comerciais.

Neste quadro, a prioridade dos governos nacionais se concentrou em temas econômicos domésticos com implicações diretas sobre as expectativas de crescimento econômico e sobre os mecanismos de coesão social, reduzindo-se grandemente o espaço para cooperação externa e a autonomia da agenda internacional destes países.

A cooperação internacional revelou-se, a partir de 2003, como um valioso instrumento da política externa do Brasil. Além dos ganhos de experiência para instituições brasileiras, a cooperação apoiou a diplomacia junto a países parceiros e organismos internacionais. Com os projetos de cooperação, o país ganhou visibilidade no mundo, sobretudo entre países em desenvolvimento, e abriu oportunidades de exportação de bens e serviços brasileiros, criando oportunidades de emprego e renda dentro e fora do Brasil, bem como recebendo crescente atenção das chancelarias e dos organismos internacionais.

A cooperação brasileira é especializada, pois conta com o engajamento de órgãos e entidades públicos, universidades e organizações da sociedade civil. É também participativa, pois inclui os países parceiros desde a fase de negociação, que adaptam e contextualizam as ações para a realidade local. O governo brasileiro entende que a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre doadores e recebedores, mas como um ambiente de trocas e mútuos benefícios. O primeiro passo no sentido de construir uma política de cooperação internacional para o

desenvolvimento integrada aos objetivos da política externa brasileira, que não esteja sujeita às prioridades de cada governo, mas que possa contar com uma ampla base de apoio no Estado e na sociedade civil.

Considerações Finais

A participação de um Presidente da República Federativa do Brasil como convidado de honra na XIII Cúpula da União Africana⁴² é ocasião propícia para destacar a importância da Cooperação Técnica Brasileira no continente africano, servindo de validação para as iniciativas em curso e em negociação no âmbito da cooperação internacional com o Brasil.

Entre os anos de 2003 a 2015, o SENAI foi importante parceiro da cooperação técnica brasileira do continente africano, tendo participado de ações e projetos de cooperação em todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Dentre as ações de participação do SENAI destacam-se os robustos projetos de instalação de Centros de Formação Profissional.

Após a análise documental dos projetos de cooperação internacional executados pelo SENAI em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, incluindo questionários e entrevistas aplicados ao final dos projetos, bem como documentos de memória de reuniões realizadas, constatou-se que os objetivos traçados quando os referidos projetos ainda eram planejamento foram plenamente alcançados.

Por intermédio da cooperação bilateral, o Brasil proporcionou que Centros de Formação Profissional fossem instalados e disponibilizados aos países de forma a permitir o pronto atendimento a demandas de formação profissional e, conseqüentemente, a formação de mão-de-obra qualificada nestes países.

Não somente a imagem positiva do Brasil no exterior fora consagrada com a exitosa participação das instituições brasileiras, como também o destaque internacional

⁴² Em 2009 o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva foi convidado de honra na 13ª Cúpula da União Africana, onde participaram quase todas as 53 delegações, e fez seu pronunciamento sobre importância da cooperação brasileira com a África especialmente no desenvolvimento agrícola.

proporcionado a estas instituições. O SENAI obteve a visibilidade internacional ao realizar novas parcerias na América Latina e África, e, por conseguinte, a prestação de serviços internacionais prestada a instituições e a empresas brasileiras instaladas no exterior.

A experiência de transferir tecnologia em educação profissional ao exterior possibilitou ao SENAI o aprimoramento de sua metodologia de ensino nas escolas do Brasil. Para a realização dos projetos de implantação de Centros de Formação Profissional foram envolvidos gestores e técnicos de diversas áreas do país em 9 Estados, que participaram ativamente da elaboração de todas as etapas do projeto, desde a concepção à avaliação final, e que estiveram imersos em ambientes multiculturais que propiciaram o desenvolvimento de novas competências e habilidades.

O SENAI é considerado um dos principais atores para a execução da cooperação internacional brasileira⁴³ por ter contribuído para “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁴³ <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/senai-e-apontado-pela-onu-como-uma-das-principais-instituicoes-educacionais-do-hemisferio-sul/> Consultado em 19/05/2020

Referências Bibliográficas

ABC. *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*. Agência Brasileira de Cooperação. Edição da ABC, 2010.

ABC. *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul*. 1ª ed. Brasília: Edição da ABC, 2013.

ABC. *30 anos da ABC : visões da cooperação técnica internacional brasileira* / João Almino e Sérgio Eduardo Moreira Lima (organizadores). – Brasília : FUNAG, 2017

ABREU, Fernando. *A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil*, Murau Internacional, v.4 n.2, 2013.

BERGAMASCHI, Isaline. MOORE, Phoebe. *South-South Cooperation Beyond the Myths : Rising Donors, New Aid Practices?* / Isaline Bergamaschi, Phoebe Moore, Arlene B. Tickner, Editors. London, United Kingdom : Palgrave Macmillan, 2017

IPEA. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional :2005-2009* / Instituto de Pesquisa Econômica

LOPES, Carlos. *Cooperação para o desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio* / Carlos Lopes, São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MARCOVITCH, Jacques (org.). *Cooperação Internacional : Estratégia e Gestão* / Jacques Marcovitch (org.), - São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SENAI. *Educação Profissional : a Presença do Brasil no Mundo* : parceria SENAI-ABC. Brasília : SENAI, 2017.

SENAI. *Metodologia SENAI de educação profissional*. SENAI. Departamento Nacional. – Brasília: SENAI/DN, 2013.

SOARES, Frederico Lamego de Teixeira. STARLING, Isadora. *SENAI e ABC : Parceria Estratégica, 30 anos de Cooperação*. – Brasília : FUNAG, 2017.

UNDP. *Advancing South-South Cooperation in Education and Skills Development: lessons from the field* . New York, 2016.

UNSSC. *Good Practices in South-South and Triangular Cooperation for Sustainable Development*. Vol. 1. 2016.